



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DA HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

AVELINO VILELA

EDUCAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU: ENSINO NAS ZONAS RURAIS

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

AVELINO VILELA

EDUCAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU: ENSINO NAS ZONAS RURAIS

Trabalho de conclusão de curso - Modalidade de projeto de pesquisa - apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Matheus Benedicto.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

AVELINO VILELA

EDUCAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU: ENSINO NAS ZONAS

Projeto apresentado como parte dos requisitos para obtenção de grau Bacharel em Humanidades, no Curso de Bacharelado em Humanidades, do Instituto de Humanidades e Letras-IHL, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab.

Aprovado em 04 de Abril de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Mateus Benedicto - Orientador

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

Profa. Dr. Rute Andrade

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

Prof. Dr. Alexandre António Timbane

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	JUSTIFICATIVAS	8
3	OBJETIVOS	9
3.1	OBJETIVO GERAL	9
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
5	METODOLOGIA	14
6	CRONOGRAMA	15
	REFERÊNCIAS	16

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa busca trazer discussões da educação na Guiné-Bissau: ensino formal nas zonas rurais, pretendemos refletir sobre a situação que o referido ensino se encontra. Embora seja difícil falar deste tema pensando na situação do ensino no interior do país, principalmente nas zonas não urbanas, é relevante sabermos da situação em que se encontra. Consideradas as áreas como maiores carências de infraestruturas, e também por ter carência dos docentes com qualificação adequada.

A partir da minha experiência, por eu ter nascido no interior da Guiné-Bissau, especificamente em “Calequisse”, é um dos motivos que nos fez trabalhar esta temática, devido a minha relação com o campo, isto é com as escolas localizadas nas zonas rurais, especialmente em Calequisse, tendo em conta as dificuldades enfrentadas nos meus primeiros anos de estudo do ensino primário (1º a 4º ano).

Em verdade, como nativo do interior, não tive a oportunidade de uma educação de qualidade, falta de condições financeiras que a população do interior e de zonas em questão se encontra e sobrevivem através da pesca e de agricultura, nos períodos de produção de cajú, ou seja, campanha de comercialização de castanha de caju (nos meses de abril ao início de julho) é um período muito difícil para os alunos das zonas rurais, onde outros acabam por desistir/abandonar os seus estudos e dedica-se a maior parte de seu tempo no trabalho de produção e comercialização. Não é obstante que nessas áreas nota-se um número significativamente alto de desistência/abandono escolar por parte dos alunos/as, principalmente os/as que moram distante das escolas (3; 4; 5km de distância).

O que significa dizer que essas desistências são resultantes de problemas socioeconômicas que faz com que os alunos passam compartilhar o tempo dos estudos com os tempos de trabalho, imputando-lhes a realizar mais tempo na produção de que em sala de aula. Uma realidade bem diferente quando comparado com os da capital ou zona urbana onde há maiores infraestruturas, acesso a serviços públicos, assim como os corpos docentes qualificados e comprometidos a viverem nessas áreas.

É notório encontrar nessas áreas um número significativo das crianças e adultos com a idade escolar que nunca foram às escolas devido à escassez de meios de transportes, políticas públicas de incentivo a educação. Igualmente observa-se escassez de transportes públicos que possam facilitar a mobilidade da população para essas áreas periféricas e/ou rurais

Ora essa mesma precarização e precariedade atingem não só o ensino fundamental e ensino médio, assim como a falta de “creches” públicos minimamente adequados em todo o

país. Uma realidade muito comum no país, porém com alta intensidade nas zonas rurais, esta questão não é só nas zonas rurais, mas em todo o país. Salvo em rara exceção, onde existem em algumas localidades, as escolas particulares (privadas) ou as de autogestão (escolas comunitárias).

Considero importante contextualizar e situar geograficamente do país. A Guiné-Bissau é um país da África ocidental, com uma dimensão territorial de 36.125km², delimitado ao norte pela República do Senegal e ao sul pela República de Guiné-Conakry. O território guineense é subdividido em oito regiões (Bafatá, Biombo, Bolama/Bijagós, Cacheu, Gabú, Oio, Quinara e Tombali) mais setor autónomo (Bissau), cuja diversidade sociocultural e linguística representa vivamente o seu património cultural e histórico.

De acordo com os dados do III Recenseamento geral da população e Habitação (doravante, RGPH de 2009), apresentadas pelo Instituto de Estatísticas (doravante, INE) a população guineense foi calculado em 1.442.227 (um milhão quatrocentos mil e duzentos e vinte sete) indivíduos entre os quais 48,4% dos homens e 51,6% das mulheres (INE, 2009; p.15).

A população guineense é considerada jovem, visto que 42,6% da população total possuem entre 0-14 anos de idade, sendo esta superior a 40% na maioria dos grupos étnicos. Em relação a educação escolar e nível de analfabetismos, os dados apresentados pela pesquisa RGPH¹-2009 consideram 51,9% da população alfabetizada.

Do ponto de vista da distribuição da população guineense por etnia, fato importante na compreensão da diversidade linguística e cultural, a pesquisa do INE apresenta a etnia Fula como a mais expressiva (28,5%), seguido da etnia Balanta (22,5%), Mandinga (14,7%), Papel (9,1%) Manjaca (8,3%), tendo abaixo de 1% para as etnias Nalu, Saracole, Sosso e outros não mencionados. Observa-se também que 2,2% da população são consideradas não pertencentes a nenhuma etnia. (INE, 2009; p.15).

A distribuição da população de acordo com etnia não pode ser confundida com a distribuição de população segundo línguas étnicas faladas, pois, muitas pessoas pertencentes a um determinado grupo étnico não possuem a língua desse grupo como a língua materna ou de convívio diário, às vezes, são até desprovidos de qualquer conhecimento linguístico da língua associadas a seus grupos étnicos.

Com base nos dados do RGPH-2009 a população guineense de cada etnia que

¹ No recenseamento geral da população e habitação (RGPH) do instituto nacional de estatística (INE) é verificada a maior parte da população é representada pelas mulheres corresponde mais que metade da população geral do País.

considera a língua do seu grupo étnico como a materna ou principal, em termos percentuais, se estabelece: Fulas com maior percentagem (86,9%) seguido de Felupes com (85,8%), Balantas (84,7%) e Manjacos (83,1%). Estas representam apenas as percentagens mais elevadas.

Na distribuição da população guineense de cada etnia que considera a língua do seu grupo étnico como a língua de convívio percebe-se que existem muitas que não se comunicam por intermédio das línguas étnicas, mas é obvio que essas pessoas se comunicam no seu dia a dia, (INE,2009; p.15).

As línguas étnicas são faladas pelos diferentes grupos étnicos, cada língua étnica é a associada a uma determinada comunidade étnica, tendo o crioulo como língua nacional e veicular e o português como língua da escola, da governação, da documentação, em linhas gerais, de qualquer ato formal político ou educacional.

O ensino formal nas zonas rurais teve o seu início nos períodos de luta de libertação efetivamente nas zonas libertadas, para capacitar camaradas da luta pela independência contra os colonizadores Portugueses. Neste período só tinham acesso à escola os filhos dos colonizadores e os assimilados tudo decorria nas cidades ou zonas urbanas. Depois da independência essas zonas enfrentaram um problema de ensino, falta de infraestruturas assim como falta de investimentos (financeiros, materiais, etc.) falta dos professores/as formados para atuar nestas zonas. Segundo Cá (2005), ele salienta que depois da independência o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (P.A.I.G.C.) tinha um projeto de continuar com a ideia de Cabral, que apostava na formação de todos/as cidadãos/as independente da situação geográfica em que vive, criar a igualdade educacional para todos, mas falhou com o projeto e não conseguiram cumprir executar esta ideia. Partimos com esta pergunta: por que é que a preclara das zonas rurais, é considerado como o atraso do desenvolvimento do ensino nestas áreas? Considerando o atraso como uma coisa que não atingiu êxito, isso mostra ainda a baixa qualidade do ensino nas zonas rurais.

Nesta perspectiva, notamos que o acesso ao ensino escolar na Guiné-Bissau não é de forma igual, o que verifica é de forma desigual em que alguns com condições financeiras ou nas cidades têm mais privilégios do que os da tabanka² (zonas rurais) sem condições de mandar os seus filhos estudar nas cidades e falta das infraestruturas escolares nestas zonas para estudar.

² Na língua guineense a "tabanka" significa pequenas aldeias.

No período de libertação no início do funcionamento de internatos³, Cabral e os companheiros se preocuparam/interessaram na educação/ensino para preparar quadros e todos os cidadãos nacionais (Guineenses e Cabo-verdianos), estes internatos responsabilizavam em ensinar e educar os cidadãos para o futuro melhor do País, segundo Cá (2005), estas escolas estavam sem capacidade de receber todos os cidadãos destas localidades, mas criaram alguns centros para atender e minimizar o problema da educação, Cá (2005).

Vale lembrar que nem todos os educadores nestas localidades são formados, a maior parte deles não frequentou o ensino superior, fizeram como dizia o líder desta ideia Cabral, “quem sabe ler e escrever deve ensinar os que não sabem” é neste sentido que conseguiram ensinar nestas zonas.

Entendemos que é relevante debater/discutir a situação do ensino nas zonas rurais assim como o eventual melhoramento do ensino educacional, é relevante para que haja o desenvolvimento dessa área.

2 JUSTIFICATIVAS

A escolha deste tema está ligada à minha vivência no interior do país, enfrentei muitas dificuldades nos meus primeiros anos de estudo por ter nascido e estudado no Calequisse. O ensino nestes lugares continua a padecer de uma longa persistência e crise do que são expressões notórias de fraco desempenho e a incapacidade de insuflar a força do trabalho qualificado para economia, a administração e outras áreas sociais, (Djalo, 2009, 17). É significativa a falta de meios de serviços de educação tanto materiais quanto financeiros.

No que diz respeito às dificuldades enfrentadas na educação referida, o que me motivou pensar acerca dos ditos fracos desempenhos escolares na Guiné-Bissau principalmente nas zonas a cima citada. De modo geral, os estudos sobre a educação em Guiné-Bissau não costumam tratar dos assuntos especificamente a estas zonas, como sou oriundo desta zona, pretendo investigar esta temática, buscar compreender as reais situações vividas para, problematizá-las e arranjar o melhor caminho para essas situações.

O outro interesse origina-se nas minhas experiências como professor contratado da disciplina matemática de ensino básico (quinta e sexta classe) como sou nativo e ex-aluno do

³ De lembrar que os internatos não funcionava em todas as regiões do país, a maior parte desses internatos se encontrava na província sul.

mesmo estabelecimento escolar, dois anos são poucos, mas me permite adquirir alguns conhecimentos e experiências de fazer observações. Contudo, ingressei na escola normal superior Tchico Té (escola de formação dos professores), foi o resultado das observações, experiências adquiridas, e estudo nessas zonas ao longo daquele período, visto que não é suficiente dar apoio sem ter a qualidade profissional, acadêmica, etc. para responder tudo, decidi entrar nessa escola de formação referida.

Minha estadia no Brasil, inclusive minha formação acadêmica da UNILAB, me fez pensar e refletir de onde vim, e para onde vou e o que posso fazer para mudar esta realidade. Com o novo olhar epistemológico adquirido durante a formação acadêmica me deu oportunidade de falar da educação referida. Percebo que o ensino formal nas zonas rurais da Guiné tem poucas abordagens, sendo isso com a baixa taxa de desempenho escolar, deve haver um currículo escolar e a língua do ensino que facilita a comunicação entre o professor e aluno.

Acreditamos que este projeto vai contribuir bastante no desenvolvimento do ensino guineense principalmente no interior do país e nas zonas rurais em que os alunos são mais afetados nesta situação, dar mais atenção ao Estado e as ONGs para que possam dar mais atenção, contribuindo nessas localidades para ocorrer às mudanças no setor educacional rural e semiurbano. O trabalho a ser desenvolvido vai trazer as mudanças reflexivas e epistemológicas, para investir nessa zona, para que isso seja feita como diz (FREIRE, 2014), é preciso capacitar às crianças, jovens e adultos a ler e escrever, fazer os cálculos dar cada um individuo instrumentos capazes de construir a sua historia, vida da nação, comunidade que lhe pertence, assim como os futuros pesquisadores dar a continuidade dos temas relacionados com este a fim de ajudar no desenvolvimento destas zonas.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a situação do ensino nas escolas de zona rural da Guiné-Bissau, tanto como interesse do Estado e das organizações não governamentais que atuam nessas áreas na promoção e valorização do ensino nestas localidades.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1- Identificar as dificuldades vividas na educação rural;
- 2- Descrever os avanços atingidos e a contribuição da comunidade na educação em questão;
- 3- Discutir os fatores do atraso desse ensino, em termos de desenvolvimento e de desempenho escolar dos alunos/as.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação nas zonas rurais é vista em toda parte do mundo que essas zonas são sempre vítimas, não só na área de educação e ensino, mas também nas outras áreas sociais, fragilizando-as como sendo as mais pobres em que a maiorias são agricultores sem condições de matricular os seus filhos nas zonas ditas mais desenvolvidas (zonas urbanas) ou nas escolas com melhores condições qualificadas. A falta de infraestrutura nas zonas rurais ou distantes das cidades originou as dificuldades dos alunos continuar os seus estudos nas escolas distantes das suas residências, em muitos casos alguns moram numa distancia de 5 a 6 km da escola, com esta distancia muitos acabam de desistir, pois não existem transportes escolares para os alunos eles têm que ir a pé.

O termo “educação” abrange um contexto muito amplo à qual podemos encontrar processo de desenvolvimento que engloba ato de ensinar e aprender. É também algo tangível e mais profundo: construção do conhecimento, bem julgamento e sabedorias. A educação tem os seus objetivos fundamentais a passagem da cultura de geração para geração (FENG, 2008).

Para Feng (2008) o termo “rural” ou as zonas rurais (ou meio rural ou campo) designa-se a regiões não classificadas como zonas urbanas ou zonas semiurbanas, não urbanizadas ou destinadas à limitação do crescimento urbano, utilizadas em atividades agropecuárias, etc.

Ao utilizar o termo “educação rural”, estamos falando de um processo de escolarização desenvolvido nas zonas rurais. Quando discutimos esse conceito, constata-se que o sistema educacional é composto por fragmentos de educação urbana introduzida no meio rural na maioria das vezes precárias na sua estrutura de funcionamento conforme diz Feng (2008). Além disso, esta situação o autor em questão, postula que a [...] educação rural adequada à uma cultura e ao homem do campo precisa de ser um elo entre os elementos que permeiam a problemática das regiões envolvidas no processo da educação”. (FENG, 2008; P.20).

De acordo com autora, o descaso com a educação rural é igual quando se diz que as famílias rurais não valorizam a escola, visto que colocam os seus filhos para trabalho invés de estudar. Esta ideologia que tenta justificar a situação do Estado que nunca se interessa em dar escola a populações rurais.

O ensino igualitário deve ser baseado na educação e ensino nos currículos que integra todas as partes, ou seja, a educação com diferentes culturas em que compreende as diferentes realidades culturais, no caso da Guiné-Bissau um país onde estão inseridas estas particularidades, ele precisa duma educação intercultural que procura as igualdades de oportunidades propondo o conhecimento de cada cultura e que garante um convívio crescente dessas diversidades. Segundo Cortesão & Pacheco (1991; p. 45), a educação multicultural que abrange todas as culturas, como o próprio nome indica, cria um meio de educação em que os alunos de diferentes culturas ou de diferentes povos (grupos étnicos) conseguem ter uma experiência educacional igual.

O ensino educacional nas zonas rurais Guiné Bissau, por especificidade destas zonas, povos, ele precisa de um currículo educacional que contempla as realidades dos alunos dessas localidades, pois um currículo que permite/facilita a compreensão dos conteúdos assim como a uma língua de interação entre os alunos e professores (as) e aluno com matérias, não uma educação com o currículo que não compreende as realidade deles, em que aumenta mais a desigualdade de oportunidade entre os alunos de cidade e de interior do país, pois os mais privilegiados são os de capital/cidade.

A educação rural guineense deve ser pensada nas suas diversidades culturais do país, onde serão inseridos os projetos pedagógicos curriculares ligadas ao dia à dia dos populares destas zonas, as práticas nas escolas assim como as culturas. Segundo Arroyo e Fernandes (1999), as escolas nas zonas rurais apresentam carências dos conhecimentos, uma escola tem ser abonado quando agrega os saberes culturais assim como os conhecimentos sociais, entre os conhecimentos sociais nem todos têm relevância, nem todos saberes dos currículos das cidades são saberes sociais, muitos desses saberes fizeram nos deixar o que nosso e imitar o que nosso ou o do outro.

É notório que os currículos escolares apresentam as características semelhante a da cima citada, isto é não são pensadas /elaboradas na base das diversidades das culturas que nele estão inseridos, ou seja, deixa de tratar das realidades dos povos e dos seus valores culturais ricas, em que tenta limitar os conhecimentos das populações das zonas rurais com os currículos alienantes que falam das realidades dos outros.

As dificuldades do desempenho dos alunos são sempre notadas nos primeiros anos de ensino, em grande parte desses alunos deparam com as dificuldades de compreender as matérias ensinadas a partir da realidade deles. Além disso, não sabem falar crioulo e Português, só falam as línguas maternas.

O ensino gratuito e obrigatório tem duração de seis anos, a regência em língua oficial portuguesa juntamente com crioulo, teve como objetivo: ensino para todos até 2015, o governo guineense não conseguiu cumprir os acordos assinados:

Segundo Gomes (2011), Com a falta de investimentos do governo no ensino principalmente nas zonas rurais que até hoje com grande número das pessoas analfabetas, grande dificuldades entre outras foi uma das razões que fizeram o governo não conseguir cumprir os acordos assinados em 2000, para conseguir cumprir estes acordos o estado deve construir infraestruturas em todo território nacional com materiais necessários para o funcionamento das aulas, investir na formação dos professores e a criação de rede de alfabetização dos adultos Gomes (2011; P.13).

As zonas rurais são as mais afetadas com estas questões ligadas ao não acesso a escola das crianças com as idades. Verifica-se que o estado não despõe ensino inicial, ou seja, jardim e pré-primária para as crianças de 2 à 4 anos e 4 à 6 anos de idade, essas crianças ficam sem acesso a escola até uma determinada idade igual ou maior de 7 anos sem acesso a escola (a idade para acesso a ensino primário) e com a falta das infraestruturas em algumas zonas rurais, muitos muitas crianças, jovens e adultos ficam sem ter acesso a escola.

As crianças em idade escolar não têm acesso à escola devido a falta de controle por parte das entidades competentes para garantir à todas as crianças nesta faixa etária o acesso à escola, ou seja, o sistema educacional, exercendo os seus direitos à educação, cresceu e também a questão da própria dinâmica social e cultural do país marcado por sucessivas instabilidades político-militar, alto índice de casamento precoce e trabalho infantil. (Ministério da educação cultura juventude e desporto, 2000, p. 2-4; INE, 2010, P 16; Banco mundial, 2008, p. 30-31); segundo Lopes (2014, p 18-19).

O sistema de ensino nas zonas rurais, algumas organizações não governamentais (ADPP) segundo o relatório, existe uma preocupação em construir as escolas nas zonas acima referidas para diminuir tais dificuldades e criar escolas de formação de professores que trabalhem nessas zonas para melhorar a carência dos professores formados nessas zonas, como é sabido que, em quatro escolas públicas de formação dos professores do país, a maior parte dos formados trabalha nas zonas urbanas e semiurbanas.

Com a dificuldade de construir escolas pelo Estado/governo em várias partes no interior do país nomeadamente nas zonas rurais e conseqüentemente a colocação dos professores nestas zonas, segundo Lopes (2014), que algumas associações surgem duma forma reflexivas no sentido de libertar individualmente e de grupo com o interesse de garantir os direitos de todos. É notável em vários Países como o caso da Guiné-Bissau a forte presença das associações, ONGs, etc. no desenvolvimento do ensino nas zonas acima citada. As zonas rurais precisavam de escola, posto de saúde, Cissoko, citado por Lopes. As associações precisavam construir as escolas e colocar os professores que vão atuar nessas áreas assim como a formação, farmácia comunitária e centro de saúde.

“Como é prevista na Carta Magna da nação Guiné-Bissau, o estado/governo é responsável em garantir o direito à educação de todos os seus cidadãos com a gratuidade que permite todos ter acesso, assim como a construção das infraestruturas em toda parte do País , responsabiliza-se também na colação e pagamento salarial dos (as) professores (as) para ensinar em todo território nacional, visto que sem todas estas situações elencados torna se difícil conseguir garantir o direito a educação para todos”, Lopes (2014).

Com a deficiência do estado no que diz respeito ao investimento na área de educação o ensino no País começou-se a ter déficits, segundo Lopes:

Face a um défice institucional, torna-se perceptível a razão do crescimento de movimentos cívicos no país. O numero de organizações de base tem crescido. É neste contexto que se insere igualmente o surgimento e crescimento de associações, em particular na região de Cacheu. Apenas o sul de Cacheu segundo dados de CONGAI, existem 83 associações, que atuam em áreas setoriais como educação, saúde e agricultura. LOPES (2010, p. 7).

Dada esta situação a presença das comunidades/associações no ensino rural é muito importante, pois eles conhecem e sabem quais os problemas que eles enfrentam em diferentes áreas sociais, sobretudo no que diz respeito a desenvolvimento de ensino assim como na área de saúde, a contribuição das organizações acima citada ajudam na resolução dos problemas que estas localidades enfrentaram.

5 METODOLOGIA

Para alcançarmos os objetivos pretendidos utilizaremos o procedimento metodológico da pesquisa exploratória, qualitativa e complementar com as entrevistas com os guineenses residentes no Brasil que são do interior ou das zonas rurais.

Baseadas em minhas vivências no interior do país onde nasci, estudei primeira classe até nona classe, depois percorri a trajetória para capital (zona urbana/cidade), a fim de concluir os meus estudos no ensino médio.

Análise e leitura dos relatórios internacionais sobre educação na Guiné-Bissau, relatórios de organizações não governamentais, leitura dos livros artigos e textos de dissertações que falam da educação/ensino e alfabetização, entrevistar os estudantes guineenses no Brasil que fizeram os seus primeiros anos e todos os níveis de escolaridade no interior do país, expondo as experiências deles/as, assim também como alguns guineenses residentes no Brasil.

As entrevistas com alguns guineenses residentes no Brasil que fizeram os seus primeiros anos de ensino no interior, essa entrevista será com seis pessoas (três homens e três mulheres). Faremos também a pesquisa exploratória baseando na exploração dos textos já feitos, livros, jornais, relatórios, etc. Segundo Gil (2008), a pesquisa cria visão ampla que dá aproximação de um determinado assunto, ela é feita quando o tema escolhido é pouco explorado e torna difícil na formulação de hipótese.

Para Gil, (2008, p. 50), é feita na base dos materiais já elaborado, construindo principalmente de livro e artigo, assim também a parte dos estudos exploratórios pode ser definida como bibliográfico. Permite o pesquisador ter a visão de uma gama do fenômeno muito mais amplo de que aquela que poderia investigar diretamente. Na pesquisa qualitativa, baseando em explicar a razão ou a causa desta determinada situação de ensino. Na base destas pesquisas buscaremos mapear a situação do ensino acima citada.

Por outro lado, para identificar as dificuldades vividas nessas zonas, faremos as entrevistas para complementar a metodologia. Além dos procedimentos metodológicos acima mencionados, pretendemos também complementa-os com as nossas vivencias e experiências vividas no interior do país.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. A educação básica e o movimento social do campo. **Brasília: articulação nacional por uma educação básica do campo**, v. 2, 1999.
- BARRETO, Maria Antónia et al. Apresentação do projeto “**O papel das organizações da sociedade civil na educação e na formação: O caso de Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique**”. II Coopedu–África e o Mundo (Livro de Atas), p. 24-32, 2013.
- BARRETO, Maria Antónia. **Reformas recentes no sistema educativo da Guiné-Bissau: compromisso entre a identidade e a dependência**. Atas do colóquio internacional cabo verde e Guiné-Bissau: percursos do saber e da ciência, p. 21-23, 2012.
- BOF, Alvana Maria. **A educação no Brasil rural**. INEP, 2006.
- CÁ, Lourenço Ocuni. **Perspectiva histórica da organização do sistema educacional da Guiné- Bissau**. 2005. 265 f. 2005. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação)– Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- CORTESÃO, Luíza; PACHECO, Natércia. O conceito de educação intercultural: Interculturismo e realidade portuguesa. 1991.
- CORTESÃO, Luíza; PACHECO, Natércia. O conceito de educação intercultural: Interculturismo e realidade portuguesa. 1991.
- DE OLIVEIRA, Isabel et al. **Educação Infantil e famílias residentes em áreas rurais: demandas e concepções em dois municípios do Brasil**. Cadernos Cedes, v. 37, n. 103, 2018.
- DJALÓ, Mamadú et al. **A Interferência do Banco Mundial na Guiné-Bissau: a dimensão da educação básica-1980-2005**. 2009. 130p. Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, 2009. Universidade de Santa Catarina, centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia e Ciências Políticas, 2009
- FENG, Lee Yun; FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta. **Projeto Educação do Campo: estratégias e alternativas no campo pedagógico**. Retratos de Assentamentos, v. 11, n. 1, p. 195-224, 2008.
- FURTADO, Eliane Dayse Pontes. Estudo sobre a educação para a população rural no Brasil. **Educación para la Población Rural en Brasil, Chile, Colombia, Honduras, México, Paraguay y Perú. Proyecto fao-unesco-dgcs/italia-cide-reduc**. Santiago de Chile: Centro de Investigación y Desarrollo de la Educación (CIDE), 2004.
- FURTADO PONTES, Eliane Dayse et al. Estudo sobre a educação para a população rural no Brasil 2017.
- FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné Bissau: registros de uma experiência em processo**. Editora Paz e Terra, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GOMES, M. L., de Oliveira, D. A., Volpe, F. F., Waki, M., & da Andrade, D. F. (2009). **PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS RURAIS NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO, SP. REMEA-** Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, 22. p.

GOMES, Nadine dos Reis. **Inclusão digital do Xo na Guiné-Bissau: um projeto de intervenção**. 2011. Tese de Doutorado.

INDI, Milagre Nanque. **Fracasso educacional na Guiné-Bissau**. 2017.

LOPES, Catarina et al. **Participação das populações locais no desenvolvimento da educação. Caso de estudo: escolas comunitárias da região de Bafatá, Guiné-Bissau (2004-2006)**. 2008. Tese de Doutorado.

LOPES, Luísa da Silva Lopes. **A Lei de Bases do Sistema Educativo da Guiné-Bissau: Uma análise do processo de construção política**. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro.

M'BANA, n.'tchigna. **A educação no processo de libertação da guiné-bissau: a percepção de amílcar lopes cabral**. Dissertação (Mestrado) em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local-Escolas Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitoria, EMESCAM, 2017.

MARTINS SOUZA, Heloisa Helena T. de. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 2, 2004.

MESQUIDA, Peri; PEROZA, Juliano; AKKARI, Abdeljalil. A contribuição de Paulo Freire à educação na África: uma proposta de descolonização da escola. **Educação & Sociedade**, v. 35, n. 126, p. 95-110, 2014.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2006.

RIBEIRO, Maria Julia Lemes. Psicologia, políticas educacionais e escolarização. Zibetti, M. LT.; Souza, MPR; Barroco, SMS (Orgs.) (2015). Psicologia, Políticas Educacionais e Escolarização. Florianópolis: Pandion, 256 p. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 20, n. 1, p. 169-170, 2016.

SANI, Quecoi; OLIVEIRA, Marlize Rubin. **Educação superior e desenvolvimento na Guiné-Bissau: contribuições, limites e desafios**. Revista Pedagógica, v. 16, n. 33, p. 127-152, 2015.

SEMEDO, Maria de Fátima dos Reis. **Participação dos pais na escola: estudo de caso na escola básica de boca larga**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso.

SEMEDO, Maria Odete da Costa. Educação como direito. **Revista Guineense de Educação e Cultura: estado da educação na Guiné-Bissau**, 2011.

SONCÓ, Lamine. **Alfabetização de jovens e adultos não escolarizados: Uma reflexão sobre o contexto guineense. 2014.**

VENDRAMINI, Célia Regina. **Qual o futuro das escolas no campo?** Educação em Revista, v. 31, n. 3, 2015.